Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC) nas Universidades do Nordeste

Sueny Gomes Leda Araújo - suenyleda@gmail.com¹

Christiane Gomes dos Santos – christiane.gomes.cgs@gmail.com¹

Rafaela Romaniuc – rafaela.romaniuc@gmail.com¹

Isaac Newton Cesarino da Nobrega Alves - maxsteelbr@hotmail.com¹

Resumo - Objetiva verificar como as Universidades Federais do Nordeste estão se comportando diante da lei de acesso à informação, a partir da implantação do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Nesse contexto, pretende responder ao questionamento: como as Universidades Federais do Nordeste estão utilizando o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC? A justificativa da escolha do tema se dá, principalmente, no que tange à melhoria do processo comunicacional entre as Universidades Federais e a Sociedade, e na importância de se fornecer informação para quem realmente precisa. Esta pesquisa é cunho exploratório-descritivo, abordagem quali-quantitativa e questionário eletrônico como instrumento de coleta de dados, com perguntas abertas enviadas por meio do sistema e-SIC. Em nossa pesquisa, identificamos poucas universidades preocupadas com a capacitação dos seus servidores quanto à lei de acesso à informação, além de poucas solicitações realizadas pela sociedade, o que contribui para dificultar o acesso aos documentos e informações de interesse da coletividade.

Palavras-chave: Informação, Universidades, e-SIC.

Citizen Information Service (E-SIC) in the Universities of the Northeast

Abstract - This work aims to verify how the Federal Universities of the Northeast are behaving under the law of access to information, from the implementation of the Citizen Information Service (e-SIC). In this context, intends to answer the follow question: how Brazilian Northeast Federal Universities are using the Citizen Information Service - SIC? The justification for choosing the theme is mainly related to the improvement of the communication process between Federal Universities and Society, and the importance of providing information to those who really need itself. This research is exploratory-descriptive and uses a qualitative and quantitative approach thru an electronic questionnaire as a data collection instrument. This instrument has open questions and was sent through e-SIC system itself. In our research, we identified a few universities concerned with the training of their servants regarding the law of access to information, in addition to the few requests made by society, which contributes to making access to documents and information of interest to the community difficult.

Keywords: Information, Universities, e-SIC.

Data de Submissão: 20/04/2020

Data de Aceitação: 29/04/2020

¹Universidade Federal da Paraíba - Ciência da Informação

1.Introdução

A sociedade da informação traz uma gama de informações disponíveis à sociedade, principalmente por meio da internet. Porém, muitas vezes elas não recebem o tratamento necessário para sua compreensão e posterior utilização. É preciso que haja informação objetiva, clara e em linguagem de fácil compreensão para que sejam efetivamente acessadas pelos cidadãos a qualquer momento.

Nesse contexto, o direito à informação assume papel fundamental e, em decorrência disso, foi sancionada, em 18 de novembro de 2011, a Lei nº 12.527, denominada Lei de Acesso à Informação - LAI. Em cumprimento às exigências dessa lei, foi criado o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, setor que funciona como uma unidade física existente em todos os órgãos e entidades do serviço público, em local identificado e de fácil acesso, para atender ao cidadão que deseja solicitar o acesso à informação pública como tramitação de documentos, processos de licitações e gastos públicos, dentre outros. Além de solicitar a informação, por meio do e-SIC, o cidadão pode: acompanhar prazos, entrar com recursos, consultar respostas, apresentar reclamações e avaliar as respostas recebidas.

A Controladoria Geral da União - CGU atua como instituição pública federal responsável pela coordenação dos esforços de estruturação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) em órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. A CGU também adota medidas para apoiar a capacitação dos servidores públicos federais e estabelece procedimentos para o funcionamento do Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC), por meio do qual qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminha pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, de qualquer lugar onde possa acessar a Internet, atuando na perspectiva de atender as necessidades de informação da sociedade de forma efetiva.

Apesar de sua atuação ainda ser incipiente, o SIC funciona como uma das principais portas de entrada/saída de todas as informações solicitadas às Universidades Federais. Esse serviço ainda precisa ser reconhecido como importante instrumento de transparência da informação e de controle social, além de importante elo entre as instituições públicas e a sociedade. Nesse contexto, este estudo tem a pretensão de responder ao seguinte questionamento: como as Universidades Federais do Nordeste estão utilizando o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC? Esta pesquisa teve como objetivo verificar como as Universidades Federais do Nordeste estão se comportando diante da lei de acesso à informação a partir da implantação do SIC. A justificativa da escolha do tema e sua contribuição à Ciência da Informação se dão, principalmente, no que tange à melhoria do processo comunicacional entre as Universidades Federais e a Sociedade, uma vez que a transparência de informações nas instituições torna-se pré-requisito na atual sociedade, além da importância de se fornecer informação para quem realmente precisa.

2. Fundamentação Teórica

2.1. Reflexões sobre informação na ciência da informação

A Ciência da Informação (CI) é marcada pelas revoluções científica e técnica que surgiram após a segunda guerra mundial, cuja preocupação residia em “reunir, organizar e tornar acessível o conhecimento cultural, científico e tecnológico produzido em todo o mundo”. (OLIVEIRA, 2008, p.13).

Assim, a CI, campo dedicado tanto aos temas científicos quanto aos profissionais, volta-se para a resolução de problemas da efetiva comunicação da informação bem como dos seus registros pela humanidade, seja em um sistema social, organizacional ou individual, tratando do uso e das necessidades de informação (SARACEVIC, 1996).

Nesse sentido, a informação na atual sociedade consiste em algo que possui valor, sendo útil para pessoas físicas ou jurídicas. E, considerando-se que “as informações são dados com significado” (Foina 2001, p.17), observa-se que em muitas instituições, principalmente públicas, a informação é de difícil acesso, uma vez que vivemos em uma cultura onde o cidadão não é percebido como detentor das informações produzidas ou custodiadas pelo Estado.

2.2 Aspectos culturais da administração pública no acesso à informação

Além dos aspectos econômicos associados às atividades de informação, não podemos distanciá-la do campo da cultura, tomado aqui em sentido amplo, já que a informação é componente essencial do processo de conhecer o mundo. Para Mintz (2010) cultura pode ser entendida como fruto das ações humanas, nas quais pessoas e grupos agem mediante diferentes percepções ou buscas de sentido, derivadas por suas experiências e aprendizados passados. Já para Kuper (2002) cultura é conhecimento de crenças, arte, tecnologia, tradição (inclusive a noção de ideologia, cujas características são igualmente polissêmicas).

Com relação à cultura das empresas públicas, Motta (2006, p.19) esclarece que “os pressupostos básicos, os costumes, as crenças e os valores, bem como os artefatos que caracterizam a cultura de uma empresa, trazem sempre de alguma forma, a marca de seus correspondentes na cultura nacional”.

De acordo com a cartilha de acesso a informação¹ a administração pública no Brasil apresenta uma tendência à cultura de segredo. Segundo Canotilho (2003), o segredo não é compatível com as liberdades e direitos do homem porque representa ao cidadão a “digitalização dos direitos fundamentais”. O autor ainda postula o “direito ao arquivo aberto”, que se traduz não apenas em acesso a documentos administrativos com conteúdo de interesse pessoal, mas a um “direito de saber” o que acontece no âmbito dos esquemas políticos burocráticos, enfim, o “direito a uma comunicação aberta” entre as instituições públicas e os cidadãos.

Nesse contexto Inojosa (1998) e Lustosa (2008) relatam que as práticas de trabalho na administração pública apresentam-se com as seguintes características: processo decisório cen-

1 <http://www.mcjeditora.com.br/portal/2012/09/campinas-disponibiliza-cartilha-de-acesso-a-informacao/>

tralizado; hierarquia funcional; planejamento normativo; impessoalidade; formalismo; planejamento separado da execução e informações tratadas com sigilo.

Segundo a cartilha de acesso a informação, com essa cultura do segredo, a gestão pública deixa de ganhar eficiência e a democracia se enfraquece, pois o cidadão não exerce o seu direito e perde a chance de fiscalizar seus representantes. Essa visão deve ser superada e uma cultura de acesso deve ser o objetivo a ser alcançado por todos servidores públicos, uma vez que, a informação pública pertence ao cidadão, que tem o direito a obtê-la de forma compreensível, e para legitimar esse direito é homologada a Lei de Acesso a Informação.

2.2.1 Aplicações da Lei 12.527/2011 e do Decreto 7.724/2012

Por meio de seus instrumentos normativos como a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação – LAI) que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o objetivo de garantir o acesso a informações e o Decreto 7.724/2012 que regulamenta a referida Lei, o Brasil faz um rompimento na prática dos órgãos públicos ao considerar a divulgação das informações produzidas ou custodiadas por eles como a regra, e o sigilo a exceção. A lei disciplina como garantir o exercício pleno do direito de acesso previsto na Constituição Federal e define os mecanismos, prazos e procedimentos para a entrega das informações solicitadas à administração pública pelos cidadãos, com exceção da informação sigilosa. Bobbio (2004) e Meirelles (2008) consideram que, excetuados os casos de sigilo que envolve segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior da administração pública a ser preservado em processo declarado sigiloso, todo ato administrativo deve ser público por ser emitido no contexto da administração pública. Sobre essa questão e com base na Constituição Federal, Di Pietro (2010, p. 70) acrescenta: “a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem”.

Para entendimento da LAI, em seu capítulo primeiro, Art. 4º, são apresentadas algumas definições para os termos aplicados na redação dessa Lei. Considera-se:

- I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
- II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;
- III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;
- IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável [...];
- VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
- VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino. (BRASIL, 2011).

A LAI indica em seu Art. 7º que a informação compreende, entre outros, os direitos de obter: orientação; sobre os procedimentos de acesso e local da informação almejada; informação contida em registros ou documentos de órgãos ou entidades; informação, produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada, que possua vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado; informação primária, íntegra, autêntica

e atualizada; informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades; bem como informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos. (BRASIL, 2011).

Essa Lei determina, também, que os órgãos e entidades públicas deverão disponibilizar um rol mínimo de informações proativamente por meio da internet. Uma vez que é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, conforme prescrito em seu Art. 8º (BRASIL, 2011).

Segundo o Decreto 7.724/2012, em seu Art. 7º, é dever dos órgãos e entidades promover, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, obedecido o padrão estabelecido em seu parágrafo 2º, o qual exige inclusive contato da autoridade de monitoramento, designada nos termos do art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, e telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC.

De acordo com a LAI, qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso à informação pública, ou seja, àquelas não classificadas como sigilosas. Isso significa que todas as pessoas físicas ou jurídicas são aptas a exercer o direito de informação, como consta no Art. 10 da LAI que esclarece ainda sobre os prazos para que sejam repassadas as informações ao solicitante. A resposta deve ser dada imediatamente, se estiver disponível, ou em até 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias, mediante justificativa expressa da qual será informado o interessado. (BRASIL, 2011)

Ainda em relação à LAI, o acesso às informações públicas será assegurado mediante criação de Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, nos órgãos e entidades do poder público.

2.2.2 Serviço de Informação ao Cidadão - SIC e o Decreto 7.724/2012

O SIC é uma unidade física instalada em todas as instituições públicas. De acordo com o Decreto 7.724/2012 em seu Art. 9º, o SIC tem por objetivos: atender e orientar o público quanto ao acesso à informação; informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e receber e registrar pedidos de acesso à informação. É de competência do SIC o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação; o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo que conterà a data de apresentação do pedido e o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber (BRASIL, 2012). O Quadro 1 demonstra a relação quanto ao pedido de acesso à informação e os recursos.

Quadro 1 - Pedido de Acessos e os Recursos ao SIC.

Do Pedido de Acesso à Informação	Dos recursos
<p>Art. 11. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.</p> <p>§ 1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no SIC dos órgãos e entidades.</p> <p>§ 2º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC.</p> <p>§ 3º É facultado aos órgãos e entidades o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como contato telefônico, correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 12.</p> <p>§ 4º Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.</p> <p>Art. 12. O pedido de acesso à informação deverá conter:</p> <p>I - nome do requerente;</p> <p>II - número de documento de identificação válido;</p> <p>III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e</p> <p>IV - endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.</p> <p>Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:</p> <p>I - genéricos;</p> <p>II - desproporcionais ou desarrazoados; ou</p> <p>III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.</p> <p>Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.</p> <p>Art. 14. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.</p>	<p>Art. 21. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação. Parágrafo único. Desprovido o recurso de que trata o caput, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do órgão ou entidade, que deverá se manifestar em cinco dias contados do recebimento do recurso.</p> <p>Art. 22. No caso de omissão de resposta ao pedido de acesso à informação, o requerente poderá apresentar reclamação no prazo de dez dias à autoridade de monitoramento de que trata o art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, que deverá se manifestar no prazo de cinco dias, contado do recebimento da reclamação.</p> <p>§ 1º O prazo para apresentar reclamação começará trinta dias após a apresentação do pedido.</p> <p>§ 2º A autoridade máxima do órgão ou entidade poderá designar outra autoridade que lhe seja diretamente subordinada como responsável pelo recebimento e apreciação da reclamação.</p> <p>Art. 23. Desprovido o recurso de que trata o parágrafo único do art. 21 ou infrutífera a reclamação de que trata o art. 22, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à Controladoria-Geral da União, que deverá se manifestar no prazo de cinco dias, contado do recebimento do recurso.</p> <p>§ 1º A Controladoria-Geral da União poderá determinar que o órgão ou entidade preste esclarecimentos.</p> <p>§ 2º Provido o recurso, a Controladoria-Geral da União fixará prazo para o cumprimento da decisão pelo órgão ou entidade.</p> <p>Art. 24. No caso de negativa de acesso à informação, ou às razões da negativa do acesso de que trata o caput do art. 21, desprovido o recurso pela Controladoria-Geral da União, o requerente poderá apresentar, no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, observados os procedimentos previstos no Capítulo VI.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

Para atender aos objetivos do SIC, foi implantando o Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão e-SIC. Para essa pesquisa, esse sistema pode ser entendido como um conjunto de elementos que funcionam juntos para processar entradas e distribuir dados e informações de saída (STAIR, 1998). De acordo com a cartilha de acesso à informação pública², as experiências

internacionais demonstraram a necessidade de se implementar um sistema único, situado na internet, para as solicitações e respostas no âmbito da Lei de Acesso à Informação, facilitando o processo, tanto para o cidadão quanto para a Administração Pública. Inclusive os pedidos que forem feitos pessoalmente por meio dos SICs também deverão ser registrados no e-SIC.

Ainda segundo a cartilha de acesso à informação, o sistema também possibilitará aos órgãos e entidades e à CGU acompanhar a implementação da Lei e produzir estatísticas sobre o seu cumprimento, podendo gerar relatórios com dados referentes a todas as solicitações de acesso à informação e seus respectivos encaminhamentos. O acesso ao sistema será feito via web. Além de poder ser acessado pelo portal de Acesso à Informação do Governo Federal (www.acessoainformacao.gov.br), local em que se encontra hospedado, o sistema também dever estar acessível por meio de link disponível em todas as Páginas de Acesso à Informação do Poder Executivo Federal.

Nesse contexto, como todas as instituições públicas, as Universidades Federais possuem o desafio de assegurar o funcionamento do SIC de acordo com a LAI. Nesse estudo, optamos por verificar o funcionamento do e-SIC nas universidades. Para tanto, as etapas dessa pesquisa serão elencadas no tópico seguinte.

3. Metodologia

Esta pesquisa, em relação a sua tipologia, caracteriza-se como uma pesquisa de cunho exploratório-descritivo, com abordagem quali-quantitativa, de predominância quantitativa. O universo da pesquisa constitui-se das dezessete Universidades Federais do Nordeste elencadas pelo Ministério de Educação e Cultura. Optamos em dividir este estudo em 4 (quatro) etapas: 1) identificar quais universidades do Nordeste estão com o SIC funcionando; 2) enviar uma solicitação de informação padrão a todas instituições por meio do e-SIC; 3) acompanhar o tempo de resposta de cada solicitação, durante vinte dias; e 4) compilar todas as respostas e seus respectivos prazos. Como instrumento de coleta de dados, escolhemos o questionário, contendo as seguintes questões: 1 - Quais assuntos são mais solicitados e a estatística mensal de atendimento realizado pelo Serviço de Informação ao Cidadão desta instituição? 2 - Esta instituição oferece alguma capacitação, aos seus servidores, relacionada à Lei de Acesso à Informação?

No primeiro momento, acessamos os sítios das instituições e verificamos a existência da barra de identificação do governo federal e do banner do e-SIC, em conformidade com o padrão exigido nas normas citadas. Em seguida, acessamos o e-SIC que direciona a página www.acessoainformacao.gov.br e enviamos uma solicitação de informação padrão a todas as universidades no dia 19 de junho de 2014. Durante vinte dias, acompanhamos o recebimento das respostas e as organizamos em forma de gráficos e tabelas que serão apresentadas e discutidas no tópico seguinte.

4. Apresentação dos Resultados

Ao analisarmos o Gráfico 1, observamos que 5,9% das universidades não forneceram a informação solicitada no prazo dos 20 dias disposto no Art. 10 da LAI que reza, ainda, que a

resposta deve ser dada imediatamente, se estiver disponível, ou em até 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias, mediante justificativa expressa da qual será informado o interessado (BRASIL, 2011). É importante esclarecermos que as informações solicitadas não careciam dos 20 dias, uma vez que a primeira questão estava disponível no próprio endereço do governo <http://www.acessoainformacao.gov.br/>³, na parte de relatório estatístico, e a segunda questão era relacionada à capacitação do servidor lotado no SIC. Desse modo, a informação não necessitaria ser repassada a outros setores. Outro dado relevante é que 11,8% (correspondente a Universidade Federal do Oeste da Bahia e a Universidade Federal do Sul da Bahia) não estão cadastradas no e-SIC, o que impossibilitou o envio das solicitações.

Gráfico 1 - Respostas das Universidades.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Com relação aos assuntos mais solicitados, observamos que um índice significativo de universidades, 29,4%, não respondeu a solicitação de informação como exige a LAI. Para 41,2% das universidades pesquisadas, as informações mais solicitadas são referentes à educação superior, seguidas daquelas de profissionais da educação, conforme ilustra o gráfico 2.

Gráfico 2 - Assuntos solicitados.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

³ Página do governo onde são disponibilizadas todas as informações sobre LAI, e onde são realizadas todas as solicitações de informação pelo e-SIC.

Podemos constatar no Quadro 2 que o quantitativo de solicitações feitas por meio do SIC ainda é incipiente nas universidades federais do nordeste, registrando-se em média 8,19 perguntas por mês. O motivo pode ser por desconhecimento do sistema e-SIC ou simplesmente pela cultura enraizada de que as informações em instituições públicas são tratadas como sigilosas. Destacamos que a Universidade Federal do Ceará - UFC respondeu que não possuía essa estatística, embora esses dados estivessem disponíveis no sistema e-SIC, disponibilizado pelo Poder Executivo Federal por meio da Controladoria Geral da União, disponíveis na página <http://www.acessoinformacao.gov.br/>, e os servidores da UFC tenham recebido capacitação pela CGU, conforme resposta ao nosso questionário. É importante ressaltarmos que a Universidade Federal de Pernambuco recebe uma quantidade muito superior de solicitação, em relação às outras universidades, há de se observar que tivemos como referência as informações respondidas por meio do e-SIC, e não as da página <http://www.acessoinformacao.gov.br/>.

Quadro 2 - Média mensal de solicitação de informação.

UNIVERSIDADES	MÉDIA DE PERGUNTAS POR MÊS
Universidade Federal de Alagoas	8,17
Universidade Federal da Bahia	10,4
Universidade Federal do Oeste da Bahia	Não cadastrada no SIC
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	5
Universidade Federal do Sul da Bahia	Não cadastrada no SIC
Universidade Federal de Campina Grande	5
Universidade Federal do Ceará	Não respondeu
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	3
Fundação Universidade Federal do Maranhão	7
Universidade Federal da Paraíba	11
Universidade Federal de Pernambuco	17,32
Universidade Federal Rural de Pernambuco	8
Fundação Universidade Federal do Piauí	Não respondeu
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Não respondeu
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	5,5
Fundação Universidade Federal de Sergipe	10
Universidade Federal do Vale do São Francisco	8

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

De acordo com o Gráfico 3, que trata da capacitação sobre a LAI, identificamos que 29,4% dos servidores não foram qualificados para trabalhar no SIC. Dos 52,9% que receberam a referida capacitação, essa foi realizada pela CGU exclusivamente aos servidores do SIC. Apenas a Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Universidade Federal da Bahia ofereceram capacitação sobre LAI aos seus servidores.

Gráfico 3 - Capacitação.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

No gráfico 4, referente aos sítios das universidades federais, segundo o Decreto 7.724/2012 em seu Art. 7º, é dever dos órgãos e entidades implementar e disponibilizar em sua pagina inicial um banner que dará acesso à página <http://www.acessoainformacao.gov.br> e à barra de identidade do governo federal, contendo ferramenta de redirecionamento de página para o Portal Brasil e para o sítio principal sobre a Lei nº 12.527, de 2011. No entanto, ainda identificamos que 29,4% das universidades do nordeste não apresentam o banner do SIC como exige a LAI.

Gráfico 4 - Banner e Barra de identidade.

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Enfatizamos que a ausência de banner de forma fixa nos sítios das universidades poderá dificultar a localização do e-SIC e, conseqüentemente, a solicitação de informação pelo cidadão. Diante do exposto, apresentaremos algumas considerações sobre nosso estudo.

5. Considerações

A questão do acesso à informação pública não se refere apenas a um direito jurídico, garantido pela constituição, regulamentado e legitimado pela Lei de Acesso à Informação. Apesar dos avanços normativos representarem uma conquista, a batalha pelo direito de acesso à informação nas universidades públicas do nordeste ainda tem um longo percurso a ser vencido.

No contexto atual, as instituições públicas vivenciam aspectos da cultura do segredo, o que perpassa os processos administrativos básicos das instituições. Precisamos compreender que o acesso à informação corresponde à liberdade e direito fundamental do cidadão, e reconhecer a sua verdadeira posição em âmbito social, como representante e colaborador dos pilares formativos da sociedade. Essa realidade exige outras pesquisas que nos façam refletir na responsabilidade da Ciência da Informação em estudar e sugerir ações que possam beneficiar o processo de acesso às informações produzidas ou custodiadas pelo Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal n. 12.527**, de 8 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. **Decreto-lei nº 7.724**, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BOBBIO, N. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm>. Acesso em: 19 jun. 2015.

FOINA, P. R. **Tecnologia da informação: planejamento e gestão**. São Paulo: Atlas, 2001.

INOJOSA, R. M.. Intersetorialidade e a configuração de um novo organizacional. **Revista de Administração Pública - RAP**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 32, n.2, p. 35-48, mar /abr 1998.

KUPER, A. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Baurú: EDUSC, 2002 CANOTILHO, J. J. G. Direito constitucional e a teoria da constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

LUSTOSA; F. da C. **História das reformas administrativa as no Brasil**: narrativas, teorizações e representações. Revista do Serviço público. Brasília: ENAP, v. 59, n. 3, p. 271-288, set, 2008.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MINTZ, S. W. Cultura: uma visão antropológica. Tempo [On-line]: 2010, 14 (Enero-Junio). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167013403010>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

MOTTA, F. P; CALDAS, M. P. (orgs.). **Cultura organizacional e cultura brasileira**. São Paulo: Atlas, 2006.

SERACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. I, n. I, 1996.

STAIR, R. M. **Princípio de sistemas de informação**: uma abordagem gerencial. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998. 163 p.

SALES, J. **A estranha escola de samba do Salgado**. Aracaju: Ed. Atlas. 2015.